



ISSN 2359-1277

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: A GÊNESE DA PROFISSÃO

Amanda Aparecida da Silva, amandarafael@gmail.com
Jessica Fernanda Berto, jfb2191@gmail.com
Natália Aparecida da Silva, nataliapservicosocial@gmail.com
Piedra dos Santos Roza, piedradossantos2013@hotmail.com
Nayara Cristina Bueno (Orientadora), nayara_cbo@hotmail.com
Unespar/Campus de Paranavaí

Eixo Temático: Questão Social e Serviço Social

RESUMO

Esse presente trabalho tem como objetivo analisar as duas vertentes sobre o surgimento do Serviço Social como profissão: a tese de continuidade e a tese de ruptura. É uma revisão de literatura sobre o tema, realizada na disciplina de Fundamentos I. Conclui-se que as teses explicam de maneira diferente a origem da profissão, apesar de ambas partirem da discussão da questão social. A tese de continuidade é mais restrita porque alega que a gênese do Serviço Social está atrelada a evolução da ajuda. Enquanto que a tese de ruptura é mais abrangente, uma vez que afirma se foram as condições históricas, sociais e políticas no contexto do capitalismo monopolista que possibilitam o surgimento e desenvolvimento do Serviço Social.

Palavras-chaves: Capitalismo Monopolista, Questão Social, Serviço Social.

INTRODUÇÃO

O Serviço Social surge na Europa no final do século XIX e início do século XX, no contexto do Capitalismo Monopolista, e, a partir desse processo, se expande para o mundo. Existem duas vertentes de explicação sobre a gênese e o desenvolvimento da profissão. Diante disso, este trabalho irá abordar a tese de continuidade e a tese de ruptura.

Cada tese é defendida por inúmeros autores, enquanto alguns acreditam que a profissão do Serviço Social surgiu a partir da evolução da ajuda, outros defendem a ideia de que o surgimento ocorreu devido às condições históricas, sociais e econômicas advindas do sistema capitalista.



MATERIAIS E MÉTODOS

Foi utilizado método qualitativo através de revisão de literatura. Realizada a partir da escolha da temática Questão Social e Serviço Social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há duas vertentes sobre o surgimento do Serviço Social como profissão, defendida cada uma por diversos autores. Dentro desta perspectiva, há a tese de continuidade, ou seja, o prolongamento do desenvolvimento da profissão, e a tese de ruptura, onde afirmam que foram as condições históricas e estímulos de determinado país que dão condições para o surgimento do Serviço Social como profissão.

Sendo assim, conforme afirma Montaño (2007), a tese de continuidade é defendida por diversos autores como Herman Kruse, Ezequiel Ander-Egg, Natálio Kisnerman, Boris Alexis Lima, Ana Augusta de Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José Lucna Dantas, e entre outros.

Portanto essa tese baseia-se na ideia da evolução da ajuda, ou seja, sempre houve assistencialismo na sociedade. Há uma relação entre a profissão do Serviço Social e o assistencialismo, desenvolvido devido às condições advindas da burguesia. Porém, na metade do século XIX, segundo essa tese, a ajuda foi passando por um processo de evolução muito grande precisando assim de conhecimento, pois os fazeres já não era mais suficiente, foi necessário racionalizar a assistência que era muito vinculada a Igreja Católica, buscando assim referências como, por exemplo, São Tomás de Aquino e orientação para desenvolver a filantropia.

Para racionalizar a ajuda é que ocorre a criação de novas Escolas, onde os primeiros cursos começaram a ser criados no século XIX ao XX. Vale lembrar que essa tese é linear, a ajuda foi se desenvolvendo por um processo endógeno. Portanto, esse processo se deu como uma forma de “organizar” e racionalizar a assistência já desenvolvida pela Igreja.

Essa tese é muito ligada a teorias conservadoras, como o Positivismo. Essa teoria defende que a sociedade é como um organismo vivo, que deve manter a ordem,



sendo assim, as divergências entre os indivíduos estaria relacionado com o seu caráter ou ausência de religião. Os primeiros profissionais formados em Serviço Social na Europa tinham como principal referência o Positivismo, por isso, na análise da sociedade acabavam culpando os indivíduos pela sua condição social, sendo ele o desajuste da sociedade. Portanto, suas intervenções eram fundadas em higienização, visitas domiciliares com o objetivo de reajustar o indivíduo na sociedade.

Além disso, os agentes atuavam com a ideia de que estavam fazendo o bem ao próximo, a justiça social. Dessa linha mestra que se vem à questão da continuidade, já desenvolviam a assistência, por isso obteve a necessidade de racionalizá-la.

Por outro lado, temos a tese de ruptura, na qual consiste a ideia de que poderia ter acontecido à evolução da assistência, porém, há um rompimento significativo nessas condições, que vão se dando pouco ao pouco – e continua até hoje –, como por exemplo, o profissional que se especializa e entra para um mercado de trabalho, deixando de desenvolver trabalhos voluntários, sendo remunerados, cumprindo uma carga horária e trabalhando juntamente com o Estado.

A profissão se desenvolveu atrás da Igreja, da filantropia, da ajuda caridade, então a Igreja desenvolveu um papel importante. Depois, a profissão se tornou laica se desligando da Igreja. Essa teoria possui vinculação com a teoria crítica, por isso, defende que foram as condições sócio-políticas e econômicas que deram suporte para o surgimento da profissão nos países europeus. Para Netto (1996, p.67) *"a relação de continuidade não é a única nem exclusiva – ela coexiste com uma relação de ruptura que, esta sim, se instaura como decisiva na constituição do Serviço Social enquanto profissão"*.

Conforme Montañó (2007), podemos destacar alguns defensores importantes sobre essa teoria como Marilda Villela Yamamoto, Manuel Manrique Castro e José Paulo Neto.

Uma das críticas abordadas por essa tese em relação à continuidade, é que a profissão surgiu e se desenvolveu a partir da necessidade do Estado dar respostas à questão social, que advém do contexto histórico do capitalismo. Neste sentido, com o processo de industrialização e urbanização da Europa no século XIX e a exploração da força de trabalho pelo empresariado, a classe trabalhadora começou



a se mobilizar e a fazer greve, questionando o capitalismo, por isso, o empresariado e o Estado são obrigados a dar respostas. Essas respostas vão se dar através das políticas sociais, que vão exigir a profissão do Serviço Social.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos as teses, na qual abordamos o surgimento da profissão e a racionalização da assistência, podemos concluir que ambas as teses partiram da questão social e do papel que a Igreja Católica desenvolveu no processo de racionalização da ajuda (conservadorismo), do voluntariado, da filantropia. Porém, para a tese de ruptura, com a criação das Escolas, e racionalização da assistência, a profissão foi se tornando laica se desligando assim dos ensinamentos da Igreja, aproximando-se de uma explicação da gênese do Serviço Social por meio da teoria crítica.

REFÊRENCIA

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2ª Edição. Editora Cortez, 1996

MONTAÑO, Carlos. **A Natureza do Serviço Social**. 2ª Edição. Editora Cortez, 2007